

expediente

Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia
é uma publicação vinculada a professores e pesquisadores do Laboratório Território
e Comunicação – LABTeC/UFRJ e à Rede Universidade Nômade.

Av. Pasteur, 250 – Campus da Praia Vermelha
Escola de Serviço Social, sala 33
22290-240 Rio de Janeiro, RJ

EDITORAS DO NÚMERO: Cíntia Guedes e Talita Tibola
CAPA: Foto Talita Tibola

EQUIPE EDITORIAL

Alexandre do Nascimento, Alexandre Fabiano Mendes, Barbara Szaniecki, Bruno Cava, Bruno Tarin, Clarissa Moreira, Clarissa Naback, Christian Fitschgold, Fabricio Toledo, Giuseppe Cocco, Leonora Corsini, Luiz Felipe Teves, Marcelo Castañeda, Priscila Pedrosa Prisco, Silvio Pedrosa e Talita Tiboia.

DESIGN GRÁFICO DO NÚMERO: Traplev (foratemer)

CONSELHO EDITORIAL

Rio de Janeiro, Brasil: Adriano Pilatti, Eduardo Baker, Emerson Mehry, Gerardo Silva, Rodrigo Bertame, Sîndia Santos e Vladimir Santafé.

Outras cidades, Brasil: Alessandra Giovanella – Santa Maria, Elias Maroso – Santa Maria, Desirée Tibola – Porto Alegre, Homero Santiago – São Paulo, Márcio Taschetto – Passo Fundo, Mariângela do Nascimento – Salvador, Murilo Duarte Corrêa – Curitiba, Marco Ribeiro – Porto Alegre, Peter Pal Pelbart – São Paulo, Rita Veloso – Belo Horizonte, Rogelio Casado – Manaus, Joviano Mayer – Belo Horizonte, Fabricio Ramos – Salvador, Sérgio Prado Pecci – São Paulo, Sandra Mara Ortegosa – São Paulo, Salvador Schavelzon – São Paulo, Mario Joaquim Neto - Salvador.

Outros países: Anna Curcio – Itália, Antonio Negri – Itália, Ariel Pennisi – Argentina, Carlos Restrepo – Colômbia, César Altamira – Argentina, Christian Marazzi – Suíça, Diego Sztulwark – Argentina, Gigi Roggero – Itália, Javier Toret – Catalunha, Matteo Pasquinelli – Itália, Michael Hardt – EUA, Michele Collin – França, Oscar Vega Camacho – Bolívia, Nicolás Muriano – Argentina, Raúl Sánchez Cedillo – Espanha, Sandro Mezzadra – Itália, Santiago Arcos – Chile, Alain Bertho – França, Ariel Pennisi – Argentina, Thierry Badouin – França, Veronica Gago – Argentina, Yann Moulier Boutang – França.

Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Laboratório Território e
Comunicação – LABTeC/ESS/UFRJ – Vol 1, n. 1, (1997) – Rio de Janeiro:
UFRJ, n.º 45 – mai 2015 - dez 2015

Quadrimestral
Irregular (2002/2007)

ISSN – 1415-8604

1. Meios de Comunicação – Brasil – Periódicos. 2. Política e Cultura –
Periódicos. I Universidade Federal do Rio de Janeiro. Laboratório Território e
Comunicação. LABTeC/ESS.

CDD 302.23
306.2



TRABALHO E RESISTÊNCIA: o caso das trabalhadoras da indústria calçadista da Bahia¹

Mariangela Nascimento²

Felipe Fernandes³

Resumo:

O deslocamento da indústria calçadista para o sudoeste da Bahia faz parte das mudanças da atual fase do capitalismo. As trabalhadoras dessa região desconheciam o trabalho fabril; essa nova realidade se apresenta para elas de forma impactante: valores, afetos, hábitos e concepção de mundo são fortemente alterados e refletem a nova composição do trabalho. As trabalhadoras disciplinadas a partir da linha de montagem aprenderam a conviver em rede como método de organização da produção. E, simultaneamente à realidade da rede produtiva, outra forma de rede foi sendo construída, a rede de cooperação e comunicação, emergindo daí novas subjetividades e resistências no ambiente de produção. De trabalhadoras rurais e domésticas que não tinham a comunicação e a cooperação como parte do seu trabalho, passam a ser detentoras desta capacidade comunicativa e colaborativa, fundamental ao processo produtivo. A construção das relações de cooperação e comunicação tornou não apenas mais produtivas as atividades laborais, mas também promoveu o surgimento de novas formas de resistência e estratégias de “fuga”.

Palavras-chave: trabalho, mulher, cooperação, comunicação.

APRESENTAÇÃO

Este artigo apresenta os resultados (parciais) da pesquisa que realizamos no sudoeste da Bahia com as trabalhadoras da indústria Vulcabras/Azaleia⁴. Para o estudo e análise dos resultados, utilizamos conceitos e categorias que nos permitiram identificar e compreender “um dado estado de coisas” não como reações defensivas e vitimizadas pelas mulheres, mas como formas de resistência diferenciadas daquelas formas tradicionais de lutas no mundo do trabalho. Para isso, priorizamos as referências teóricas e conceituais que levam em conta as mudanças estruturais do capitalismo e do mundo do trabalho; mudanças que tratam da passagem da sociedade fordista à pós-fordista, redefinindo as relações no mundo do trabalho.

Foram essas referências teóricas que nos ajudaram a compreender e analisar a realidade das trabalhadoras. Realidade que nos foi informada com a partilha de experiências dessas mulheres, que, para nós, funcionou como “uma escuta etnográfica não mediada”, assim nos permitindo fazer uma conexão com as ferramentas teóricas e empíricas e com a produção de saberes baseada na própria vivência relatada. Portanto, a intenção aqui é apresentar a trajetória de mudanças ocorridas e como essas mudanças desencadearam a construção de uma nova simbologia e novos significados na vida das trabalhadoras.

A pesquisa com as trabalhadoras da indústria calçadista teve início em 2011, quando fizemos o diagnóstico socioeconômico e cultural da região e a avaliação do impacto social da chegada dessa indústria. Em seguida, procuramos conhecer, através das conversas e escutas, qual o significado do trabalho fabril e quais as transformações ocorridas na vida dessas mulheres. Em 2013, retornamos à região para pesquisar as condições de vida das trabalhadoras demitidas

1 - Este artigo teve a colaboração dos alunos Nestor Duarte, Josenilto Conceição, Cristiano Nogueira (UFBA) e Carla Teodoro (UFSB)

2 - Professora do depto. de Ciência Política e do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da UFBA- coordenadora do Núcleo de Estudos Feministas em Política e Educação/CNPq.

3 - Professor do depto. de Ciência Política e do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da UFBA - coordenador do Núcleo de Estudos Feministas em Política e Educação/CNPq.

4 - O Parque Industrial Vulcabras/Azaleia foi instalado no sudoeste da Bahia em 1996, nos municípios de Itapetinga, Itororó, Itambé, Macarani, Iguai, Itai, Firmino Alves, Itarantim, Potiraguá, Catiba. Chegou a ter 22 mil trabalhadores/as, oriundos/as, na sua maioria, da zona rural ou do subemprego. Sua instalação e funcionamento contaram com o apoio dos governos federal, estadual e municipal, através de isenções fiscais, entre outros benefícios.

pela mesma indústria calçadista e identificar as causas e consequências do fechamento da maior parte das unidades fabris da indústria Vulcabras/Azaleia.

Em dezembro de 2012, a indústria Vulcabras/Azaleia, instalada na região sudoeste da Bahia desde 1996, anunciou o fechamento da maioria de suas unidades de produção. Em vários municípios da região, foram encerradas as atividades da indústria calçadista, deixando mais de 4 mil trabalhadores/as desempregados/as.

A economia dessa região está voltada para as atividades da pecuária, que é a principal fonte de trabalho do/a homem/mulher local, geralmente sem vínculo empregatício e com trabalho temporário. A maioria das mulheres dessa região tem a sua remuneração concentrada na atividade rural e em atividades domésticas, em condições socialmente precárias. A atividade pecuária nesta região é praticada até os dias atuais nos moldes tradicionais de criação extensiva, nas grandes e médias propriedades, o que indica baixa empregabilidade. Este é o contexto socioeconômico do local que fomos pesquisar e onde as mulheres viram no trabalho fabril uma oportunidade de reverter a condição social precária e conquistar melhoria de qualidade de vida.

A instalação da indústria calçadista na região sudoeste da Bahia significou alterações estruturais na região: crescimento do comércio, alternativas de qualificação técnica e profissional, deslocamento de famílias moradoras na região rural para o centro urbano são alguns exemplos. Trouxe, em especial, mudanças na vida das trabalhadoras que desconheciam a realidade fabril. E também introduziu, na sua concepção e organização do processo produtivo, as transformações do mundo do trabalho desencadeadas pela nova fase do capitalismo.

A transferência do complexo industrial calçadista Vulcabras/Azaleia do Sul para o sudoeste baiano indica a sua inserção no processo de transformação das relações produtivas. Adota assim a nova morfologia do trabalho, que altera desde a estrutura do processo produtivo à precarização/flexibilização do trabalho, desde as novas formas de divisão técnica de produção ao novo perfil do trabalhador. A Vulcabras/Azaleia é uma indústria de grande porte e competitividade internacional, e sua estratégia de alta produtividade e lucratividade é inerente à dinâmica capitalista: utiliza mecanismos de superexploração do trabalho, que são evidenciados nos conflitos crescentes entre trabalhadores/as e empregadores/as.

Entretanto, independentemente das mudanças na concepção e organização do trabalho, a presença dessa indústria na região, se trouxe benefícios como indicam os resultados da pesquisa, também trouxe malefícios. Se, de um lado, a instalação desta indústria, com apoio fiscal dos governos federal, estadual e municipal, proporcionou à região possibilidades de crescimento econômico e melhoria de qualidade de vida dos/as trabalhadores/as, por outro, trouxe também problemas, como a especulação imobiliária, as doenças provenientes do uso de produtos tóxicos (aumento do diagnóstico de câncer em trabalhadores dessa indústria), alto índice de vítimas de Lesões por Esforços Repetitivos – LER e de Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho – DORT e a elevação do custo de vida, entre outros problemas apontados pelas trabalhadoras na pesquisa realizada.

É nesse universo de transformação da convivência social e profissional das trabalhadoras que verificamos mudanças substantivas de comportamento, de visão de mundo, bem como o surgimento de novos desejos, de novas necessidades, de novos afetos e assim por diante. Símbolos foram reconstruídos neste novo universo de convivência social e profissional, uma nova simbologia expressou tanto as novas formas de vida com a inserção das mulheres na realidade fabril como as mudanças no processo produtivo.

Portanto, com a instalação da indústria calçadista Vulcabras/Azaleia, tais mudanças tiveram um sentido duplo. Primeiro, houve alteração do cenário de uma vivência rural, levando as trabalhadoras a criarem novas formas de vida, ou seja, novas subjetividades emergiram nesse cenário de mudanças; depois, o fechamento de muitas das suas unidades fabris, desempregando cerca de 90% dos trabalhadores (a maioria mulheres), colocou em evidência um outro cenário, um cenário de resistência e liberação, envolvendo diretamente as mulheres, que foram mais de 80% desempregadas. Nas apresentações seguintes, vamos recorrer aos conceitos e categorias que nos permitiram explicar as mudanças do processo produtivo, a emergência de outras subjetividades, as novas formas de resistência para, enfim, compreendermos, a partir dessas referências, as experiências das trabalhadoras da indústria calçadista.

NOVA COMPOSIÇÃO DO TRABALHO E SUBJETIVIDADE

Para entender o significado da chegada da indústria calçadista no interior da Bahia, recorreremos aos conceitos e categorias que têm procurado explicar a nova fase do capitalismo, as mudanças do processo de produção e suas relações de trabalho, distantes das análises sociológicas tradicionais. Essas novas referências teóricas nos ajudaram, de certo modo, a compreender o deslocamento da indústria calçadista do Sul para o Nordeste do país. Podemos começar com a afirmação feita por Hardt e Negri (2004) de que hoje, com as transformações nas relações do trabalho capitalista, desapareceram os muros que separavam a realidade da fábrica e da sociedade, ou seja, a perda dessa fronteira significou a transposição da lógica da produção para toda a sociedade. Esta, portanto, transformou-se numa grande fábrica. As operações laborais se estenderam à sociedade, descentralizaram-se e se difundiram aos múltiplos campos sociais. A sociedade passa a ser um celeiro de todo tipo de produção, adaptando-se às transformações do capital e se configurando em um campo de luta e resistência.

O capitalismo, nas últimas duas décadas, promoveu mudanças radicais no mundo do trabalho, uma dessas mudanças é a inserção de todas as atividades realizadas na sociedade como parte do processo produtivo, o que nos permite afirmar que nenhuma atividade hoje está fora do processo de produção. Todas as atividades são produtivas, produzem e reproduzem o capital; por isso, as regras que monitoravam os processos produtivos e os mecanismos de exploração, desenvolvidos dentro da fábrica, difundiram-se permeando e definindo todas as relações sociais. O trabalho passa a ter outros elementos além do esforço físico e manual, como o conhecimento, a criatividade, a comunicação, o afeto; esses elementos são parte constitutiva das atuais formas de produção e do valor do trabalho.

A novidade desta nova fase do capitalismo, também chamada de pós-industrial ou pós-fordista, que domina o mundo globalizado e financeiro, é que há uma convergência da produção do capital com a produção da vida. Sendo assim, na medida em que o trabalho se movimenta e se expande fora dos muros da fábrica, não há como distinguir entre o trabalho produtivo e o improdutivo, nem entre o tempo do trabalho e o tempo da vida. Nessa transição para um novo modelo de produtividade, são praticadas uma nova concepção e organização da linha de montagem e relações sociais. A linha de montagem tem sido substituída pela rede como método de organização da produção, introduzindo as formas de cooperação e comunicação dentro de cada lugar que produz e entre os lugares de produção. A rede de cooperação/comunicação no trabalho, portanto, não requer território nem centro físico, como nos explicam Negri e Hardt (2004). Por isso, o trabalho não pode ser visto apenas como uma atividade qualquer, produtora de bens materiais, de coisas que serão consumidas, desaparecendo assim que surgem no mundo, mas como atividade específica, socialmente reconhecida como produtora de valores, uma força ativa de negociação e de afirmação, que está presente em todas as mercadorias e é substância comum de todas as atividades de produção. Como salienta Sanson:

Hoje se exige mais do trabalhador; não apenas o seu trabalho material, mas também o seu trabalho imaterial. Demanda-se um trabalhador que, para além de sua energia física, contribua com sua inteligência. Nesse sentido, o mundo do trabalho se tornou mais complexo. Agrega-se ainda aos fatores anteriores o ataque de ordem econômica e política ao mundo do trabalho. A regra é a da desregulamentação, flexibilização e precarização do trabalho (SANSON, 2009, p.23).

O trabalho, nessa nova fase, colocou o/a trabalhador/a num emaranhado de redes e promoveu uma extensa interação e cooperação por toda a sociedade; tornou-se, de fato, o centro de toda a ação humana, ele está presente em todas as dimensões da vida, desde a intelectual à fabricação, a afetiva à comunicação. Há, portanto, uma mobilidade do trabalho cada vez mais acelerada nesse novo cenário e a difusão da produção em redes de circulação tornou-se o novo modo de organizar as relações produtivas:

A divisão do trabalho em tarefas especializadas e hierarquizadas está virtualmente abolida; assim como está a impossibilidade, na qual se encontravam os produtores, de se apropriar dos meios de produção, e de autogerir-los. A separação entre os trabalhadores e seu trabalho reificado, e entre este último e seu produto está, pois, virtualmente abolida; os

meios de produção se tornaram apropriáveis e suscetíveis de ser partilhados (GORZ, 2005, p.21).

Há, portanto, coisas novas no mundo do trabalho. Mudam as condições subjetivas decorrentes das novas exigências e das condições reais do tempo da produção e do tempo da vida. Essas condições possibilitam o surgimento de novas subjetividades, ou seja, de novas formas de estar no mundo, que dizem respeito, por sua vez, aos novos modos de agir e interagir, que se recompõem em redes de comunicação, de produção, de troca de informações, de relações nos muitos mundos possíveis que compõem o real. Com a transição do modo fordista de organizar o trabalho para o pós-fordismo, surge, portanto, a partir da nova composição do trabalho, uma nova ideia de subjetividade:

no momento em que todos os fenômenos importantes passaram a implicar diretamente dimensões de desejo, de antagonismo e de diferença, começou a ganhar força a ideia de uma subjetividade dissociada de conceitos como indivíduo ou individualidade. É uma subjetividade da ordem da produção e que produz, dentre outras coisas, o próprio sujeito, num processo contínuo, imprevisível e aberto. [...] a constituição do mundo e das subjetividades que o habitam pode ser pensada como uma produção incessante que não tem mais como ponto de partida um sujeito definido a priori, mas que parte das diversas possibilidades de ser, de existir, que se abrem a partir dos encontros entre as múltiplas e diferentes subjetividades e das relações com o Outro (entendido como lugar ou ser da diferença) e com o mundo (CORSINI, 2007, p. 20).

A partir de tais mudanças, todo/a trabalhador/a, produtor de subjetividades, é a força que transforma o trabalho e, ao mesmo tempo, é transformado/a por ele. É um caminho de mão dupla. Essa permanente atuação em redes produz novas subjetividades que incidem na constituição do/a trabalhador/a enquanto sujeito que produz e no trabalho que ele/a executa. Portanto, o trabalho realiza-se por um conjunto de singularidades que cooperam sem se fundir em uma massa homogênea, há uma dinâmica coletiva de indivíduos em cooperação, em que o momento do trabalho se confunde com a própria produção da vida.

Qualitativamente, não se estaria produzindo apenas mais um arranjo tecnológico e estratégico, nem bens materiais, mas subjetividade e potencialidades criativas capazes de promover mudanças no seu enfrentamento com o capital. Por subjetividade entendemos, portanto, o movimento incessante e inacabado do ser, que se define nas relações externas e compactuadas. A subjetividade, por isso, não se prende a nenhum valor e a nenhum estado de coisas a priori, mas é resultado de enlace plural de ações entre os agentes, imprevisível e contingencial. Portanto, a subjetividade é formada pela interação comunicacional entre agentes, sem acordos prévios, que se apresenta enquanto singularidades múltiplas que se movimentam e resistem contra aquelas instâncias que querem expropriar o que é comum.

São as subjetividades que emergem dessa estreita relação do processo produtivo e do tempo da vida que nos permitem identificar os impactos socioeconômicos, culturais, familiares e afetivos na vida das trabalhadoras com a chegada da indústria em uma realidade rural no interior da Bahia. Impactos que, como veremos depois, impulsionaram a construção de novas formas de luta e resistência.

NOVAS FORMAS DE RESISTÊNCIA E LUTA

A realidade que nos propomos a pesquisar é, sem dúvida, um caso de simbiose da era industrial e da fase pós-industrial do capitalismo. A Indústria Vucabras/Azaleia se insere na realidade de transformações no mundo do trabalho, ao mesmo tempo conserva muitas das características da fase fordista. Tais condições proporcionaram reações surpreendentes para um universo em que as trabalhadoras desconheciam a realidade fabril. Portanto, trata-se de um contexto em que as trabalhadoras rurais e domésticas tornaram-se operárias de chão de fábrica, de trabalhadoras que aprenderam ao longo das suas vidas o manejo das atividades rurais e domésticas passaram a lidar com o manejo de máquinas industriais.

Esta nova realidade se apresentou de forma impactante: valores, afetos, hábitos e concepção de mundo foram

fortemente alterados e refletiram o novo processo produtivo. Símbolos foram construídos neste novo universo de experiências e convivências inseridas na realidade de mudança global e local no mundo do trabalho que tem exigido novas estratégias de relações de produção e sociais. Tais mudanças nos fazem entender que o trabalho não se realiza numa competição feroz como antes, mas num compartilhamento, através de redes produtivas, comunicativas e colaborativas; contrariamente à sociedade industrial da manufatura e do fordismo, quando a relação com a produção se fazia silenciosamente, pois a máquina-ferramenta não permitia uma interação colaborativa e comunicativa.

A comunicação e a cooperação entre os/as trabalhadores/as são parte integrante da natureza do trabalho. Essas mudanças ocorreram quando a fábrica do passado deu lugar à fábrica sem muros do presente, a exploração e a mais-valia se estenderam a toda sociedade, a uma extensa rede na qual os/as trabalhadores/as foram imersos/as e conectados/as para manter o capital em movimento. As trabalhadoras da indústria calçadista, disciplinadas a partir da linha de montagem, também aprenderam a conviver em rede como método de organização da produção. Passaram a ser exploradas na sua capacidade de comunicação e cooperação para produzir.

Na nova fase do processo produtivo, as redes comunicacionais e colaborativas, provenientes da tecnologia avançada da informação e comunicação, possibilitam ao capital apropriar-se, cada vez mais, da capacidade comunicativa do/a trabalhador/a em qualquer canto do mundo. Nesse sentido, essas mudanças caracterizam a nova composição do trabalho que, segundo Negri e Hardt, trata-se do fato de que ele não produz somente mercadorias, mas acima de tudo relações (NEGRI e HARDT, 2004).

Entretanto, assim como essas redes foram introduzidas na organização da produção, outras formas de redes foram sendo construídas como respostas à nova organização fabril, promotora de uma crescente socialização do trabalho, são as redes de cooperação e comunicação por iniciativa das/os trabalhadoras/es como estratégia de resistência e luta. É através dessas redes de cooperação e comunicação que emergem novas formas de enfrentamento das condições reais de produção, novas formas de resistência.

No período fordista, uma das principais formas de resistência e luta dos movimentos operários consistia na paralisação do trabalho, incluindo greves, boicotes, operação tartaruga etc. A resistência, nessa perspectiva, teria uma dimensão negativa, de oposição, de contrariedade. Mas a resistência também pode ser pensada e praticada a partir de outras possibilidades de existir, que conferem à resistência uma dimensão que não é em si mesma nem totalmente negativa, nem essencialmente positiva. Resistir, nesse caso, segundo Corsini (2007), incluiria, simultaneamente (e não contraditoriamente), uma porção afirmativa e uma porção negativa da ação como reexistir, experimentar outras possibilidades que já se encontram virtualmente presentes (CORSINI, 2007).

A construção de uma resistência no interior do novo horizonte em que os agentes surgem e se consolidam por meio da realidade das redes de cooperação e comunicação não depende mais, para se firmar como força política, da mediação realizada pelas instituições representativas, como o sindicato. Hoje é inegável o peso das redes de comunicação no processo das lutas. A tendência é de cada vez mais romper com os limites da comunicabilidade, utilizando os avanços da tecnologia de informação e comunicação para a luta se valer desses novos meios, permitindo seguir e tomar todas as direções, de modo transversal e ondular. Todos contribuem para a produção social, por isso, lembram Negri e Hardt, os pobres são vítimas da ordem global capitalista, mas não são apenas vítimas, são também agentes poderosos que fazem parte dos circuitos da produção social e da transformação do capital.

Essas foram as condições identificadas nas ações das trabalhadoras da indústria calçadista, que resistiram e enfrentaram as condições adversas relatadas nas conversas e encontros com a nossa equipe, do que trataremos mais à frente neste artigo.

TRABALHO E VIDA

A nova composição do trabalho passou a atribuir à classe trabalhadora um papel ativo, de sujeito de poder, em contraposição àquela ideia predominante do marxismo tradicional que atribuía a essa classe um papel de subordinação diante dos mais diversos mecanismos de dominação e exploração, sempre recorrente aos instrumentos institucionais de

intervenção e mediadores da luta política.

Portanto, outra análise é possível, contrapõe-se a essa percepção do sujeito subordinado e constrói a sua base teórica em um sujeito ativo, que transforma o trabalho numa categoria conceitual que oferece a base para a crítica imanente, na qual o trabalho – na sua acepção ampla de inserção no capital – passa a ser a referência analítica. O trabalho, seguindo a definição de Negri e Hardt, no livro “O Trabalho de Dionísio” (2004), é visto numa outra perspectiva, não mais estático, mas em movimento, numa natureza dinâmica e diacrônica que implica uma resignificação do conceito de força de trabalho. Agora o que está posto é a transformação do sujeito do trabalho na sua relação com a produção. A classe trabalhadora se apresenta como força social que preserva a sua autonomia na luta contra as relações capitalistas de produção. Por isso, o verdadeiro motor do desenvolvimento da sociedade capitalista não se revela no espírito empreendedor do capital, mas sim no antagonismo e dinâmica postos em jogo pela classe trabalhadora na sua luta pela libertação.

Neste caso, o capital deve ser visto como uma força conservadora que vê estimulados o seu desenvolvimento e a sua capacidade de inovação pelo antagonismo da classe trabalhadora (ALTAMIRA, 2008). A natureza crítica dessa análise, portanto, elege como suporte teórico a base materialista da prática real da classe trabalhadora. É assim, seguindo esse raciocínio, que se combate toda a abstração teórica que se afasta da prática concreta dos trabalhadores em ação.

É preciso, por isso, fazer e localizar a análise crítica diretamente do movimento real dos trabalhadores da nova fase de estruturação do capital, valorizando as lutas, os encontros, experiências e os acontecimentos da vida de modo geral. O trabalho concreto do dia a dia é o ponto de partida de toda crítica ao capitalismo e a fonte de uma potente subjetividade que se tornará a motivação das lutas e resistências ao capital e que fará surgir o sujeito ativo. Portanto, a análise acerca das atuais transformações do mundo capitalista deve ser referida e elaborada a partir de um amplo complexo da experiência produzida pela vida real.

O/A trabalhador/a, identificado/a como sujeito ativo, é aquele/a que se constitui na sociedade como produtor/a da vida; ele/a é o sujeito emblemático de uma força de trabalho autônoma e organizada que expressa sua recusa a toda forma de mediação com o capital. Ao contrário, o sujeito subordinado é construído pelos mecanismos de dominação capitalista e o sujeito ativo é um produtor de subjetividades que constitui e revela a natureza do ser e da organização da sociedade.

Nesse caso, a subjetividade é pensada como um processo de produção, como algo que se transforma através das relações e dos encontros, não sendo algo que já existe previamente. As subjetividades são resultantes de entrecruzamentos de determinações coletivas de várias espécies, não só social, mas econômica, tecnológica, de mídia etc. Por isso, a constituição de subjetividades é incessante e não tem como ponto de partida um sujeito definido a priori, mas se dá a partir das diversas possibilidades do ser, que se abrem aos encontros, experiências e às relações entre as diferentes e múltiplas singularidades e com o mundo.

O sujeito ativo, portanto, constitui-se sob as bases das necessidades e desejos, transformando a subjetividade num paradigma que fundamenta o modelo de organização transformadora, de uma organização constituída no próprio processo de trabalho e não em especulações idealistas sem sustentação prática. Essa é a forma de organização imanente ao processo produtivo. A emergência das subjetividades, portanto, ocorre a partir das condições reais das lutas dos/as trabalhadores/as.

Nesse sentido, podemos afirmar que a constituição do sujeito ativo não passa apenas pela crítica do capital, mas, necessariamente, pelas mudanças profundas que alteram significativamente o tempo do trabalho e o tempo da vida. Esse sujeito surge como uma nova força elaborada pela teoria da subjetividade dos/as trabalhadores/as, com os movimentos das forças subjetivas que dinamizam a vida concreta e as lutas dos/as trabalhadores/as.

O sujeito ativo, pensado a partir dessa perspectiva, busca novas formas de organização política e novas práticas de resistência ao capital. A base dessa organização e resistência encontra-se no próprio espontaneísmo da classe trabalhadora, da sua capacidade relacional, que será a fonte de produção de subjetividades. A expressão espontânea desses movimentos vai culminar em um novo modo de vida, tornando as subjetividades em força transformadora.

A espontaneidade incide no fato de que a expressão dos/as trabalhadores/as não provém de nenhuma organização externa e mediadora, como o sindicato, por exemplo, mas nasce diretamente das próprias condições materiais encontradas no seu dia a dia. O sujeito é definido a partir de sua composição material de luta, do salário, de sua localização, das condições de vida, da identidade cultural, dos afetos, ou seja, das condições materiais e imateriais de produção da vida. O sujeito ativo deve ser definido no marco das condições sociais reais e a partir da relação do/a trabalhador/a com o seu trabalho.

Portanto, não se está diante de uma categoria baseada em especulação idealista, mas do reconhecimento de uma tendência real no mundo do trabalho, que coincide com o mundo da vida. Essas colocações são importantes para situar teórica e empiricamente a realidade das trabalhadoras da indústria calçadista.

A “FUGA” DAS MULHERES DA INDÚSTRIA CALÇADISTA

Os resultados das pesquisas realizadas em 2011 com as trabalhadoras da Indústria Vulcabras/Azaleia nos mostraram que elas ocuparam a maioria dos postos de trabalho, foram contratadas principalmente mulheres oriundas do trabalho rural e doméstico, como mencionamos anteriormente. Mais de 80% dessas trabalhadoras viviam no campo e, ao iniciarem o trabalho de chão de fábrica, deslocaram-se em direção à cidade para conciliar essa nova atividade com as tarefas domésticas e familiares.

Nos encontros e conversas que tivemos com as trabalhadoras, muitas histórias e relatos nos ajudaram a identificar as transformações nas suas vidas com a chegada da indústria calçadista. Elas nos contaram como era a vida antes do trabalho fabril, no campo e em casa, as dificuldades enfrentadas, a nova experiência e o convívio com a família e no trabalho. Todas afirmaram que a inserção no mercado de trabalho formal, com carteira de trabalho, em ambiente fabril de convívio diário coletivo, mudou as suas vidas de forma impactante, uma vez que valores, afetos, hábitos, desejos foram alterados.

A entrada no mundo fabril, sem dúvida, significou para essas mulheres melhoria de qualidade de vida, poder de aquisição e autoestima, entretanto trouxe também, segundo elas, novos desafios e enfrentamentos na busca por dignidade enquanto trabalhadoras e mulheres. Com o trabalho assalariado, as mulheres passaram a enfrentar duras jornadas de trabalho, com horários não flexíveis, deslocamento para outros municípios, rotatividade de funções, além de enfrentarem situações adversas que dificultavam o afastamento das atividades domésticas e dos cuidados com a família. Com os resultados da pesquisa, foi possível identificar o modo como era organizado o processo produtivo e as relações produtivas, por exemplo: aproximadamente 80% das mulheres eram responsáveis pela produção e mais de 90% trabalharam em mais de um setor fabril. Algumas mulheres nos informaram que atuaram em mais de cinco setores diferentes na indústria em apenas dois anos de trabalho na fábrica. Quase todas as trabalhadoras que participaram da pesquisa afirmaram ter trabalhado em vários setores da fábrica, sendo necessário o conhecimento de toda a organização fabril e das atividades da produção de calçados. Ou seja,

no lugar da especialização da tarefa, surge a polivalência, a especialização em mais de uma tarefa; no lugar do trabalho solitário, emerge o trabalho em equipe. O chão de fábrica se faz menos assimétrico e mais horizontal. Específico do novo modo produtivo no locus do trabalho é que se soma à energia física exigida, a energia intelectual (SANSON, 2009, p.8).

Em vista disso, passaram a frequentar programas de cursos profissionalizantes, ensino escolar e outras qualificações. A qualificação da trabalhadora foi uma exigência necessária e estratégica no processo produtivo, como bem definem Negri e Hardt:

Uma indicação da importância crescente do trabalho [...], pelo menos nos países dominantes, é a tendência dos empregadores para enfatizar a educação, a atitude, a personalidade e o comportamento “pró-social” como capacitações primordiais necessárias aos empregados. Trabalhador com uma boa atitude e traquejo social é outra maneira de designar um trabalhador hábil no trabalho afetivo (NEGRI e HARDT, 2004, p.149).

Também fez parte da organização fabril a prática de comunicabilidade e cooperação entre as trabalhadoras. Quase 80% das mulheres se comunicavam no ambiente fabril para efetuar as suas atividades produtivas. De trabalhadoras rurais e domésticas que, na sua maioria, não tinham a comunicação e a cooperação como parte do seu trabalho, passaram a ser detentoras desta capacidade comunicativa e colaborativa, fundamental ao processo produtivo que demanda, cada vez mais, a inserção em redes.

A construção das relações de cooperação e comunicação tornou não apenas mais produtivas as atividades laborais, mas essa produtividade se estendeu às outras esferas da vida. Tais condições foram impulsionadoras de novas subjetividades, que são dissociadas do conceito de indivíduo ou individualidade, pelo contrário, resultaram das relações entre as mulheres no processo produtivo e colaborativo, no próprio processo de produção da vida. Assim, as subjetividades ganharam poder de resistência, pois se tornam mais híbridas, misturadas e espontâneas, não resultaram de elementos estáticos e referências externas, mas nasceram no meio das relações múltiplas e difusas, estendendo-se às muitas esferas da vida.

Podemos inferir, com base nos depoimentos das trabalhadoras calçadistas e conversas com elas, que, ao fazerem uso da comunicação dentro e fora da fábrica, passaram a dominar melhor os espaços em que a interatividade no processo produtivo foi exigida. Essas condições produtivas caracterizaram as mudanças na organização do trabalho pós-fordista, que se vale do tempo do “não trabalho”, do tempo da vida, ou seja, das experiências e conhecimentos vivenciados fora do processo produtivo, adquiridos no trânsito da vida cotidiana.

Isso nos permitiu identificar um novo conjunto de referências valorativas e comportamentais no mundo do trabalho, que podemos definir pela capacidade de compartilhamento e de colaboração. Esse novo modo de agir e interagir, que se movimenta em redes no processo produtivo, de troca de informações e relações entre muitos, não apenas compõe o mundo do trabalho, mas também o tempo de vida, que embaralham a realidade da fábrica aos desejos de consumo, as relações sociais às relações produtivas e assim por diante.

A inserção das trabalhadoras no sistema de redes produtivas provocou a reação através de inúmeros elementos coordenados e encadeados, fazendo assim emergir os processos de subjetivação, resistência e insubordinação. Em razão disso, não nos é possível falar de resistência do indivíduo, mas da reação/relação das múltiplas subjetividades em movimento.

Essa nova experiência, a nova dinâmica coletiva do trabalho em cooperação, vai além da produção de valores estritamente econômicos do trabalho assalariado, é a vida produzindo outras formas de vida. É o agir e interagir criando redes colaborativas, laços afetivos, novos desejos e comportamentos, novas formas de sociabilidade, novos conhecimentos e novos modos de resistência. Essa forma de organização do trabalho e da capacidade produtiva colocou as trabalhadoras da indústria calçadista em um lugar central nos circuitos produtivos que passaram, a partir daí, a realizar cada vez mais trabalho imaterial, ou seja, aquele em que os recursos mais utilizados são o conhecimento, a comunicação e a cooperação.

Essa nova dinâmica produtiva atribuiu novos significados à vida e ao trabalho dessas mulheres, e novas subjetividades foram construídas e passaram a expressar mudanças na inserção social, econômica, afetiva e cultural. É nesse contexto que verificamos, no caso dessas trabalhadoras, novas formas de enfrentamento e empoderamento diante das situações de superexploração.

Em 2013, retornamos com a pesquisa em um dos municípios afetados pelo fechamento das unidades de produção, aproximadamente 4 mil trabalhadoras ficaram desempregadas. Quase todas as unidades fabris foram fechadas, ficando apenas a matriz, com pouco mais de 5 mil trabalhadores/as. Nessa etapa da pesquisa, realizamos, além de rodas de conversas, entrevistas com as trabalhadoras demitidas da Indústria calçadista.

Um dos assuntos das nossas conversas e entrevistas, e que nos chamou a atenção, foi sobre a possibilidade de retorno às atividades domésticas e rurais, já que estavam desempregadas. A resposta foi negativa para 85% das entrevistadas. Segundo elas, não existe a possibilidade de retornarem às atividades anteriores depois de terem adquirido a experiência de chão de fábrica, não apenas pela conquista da carteira assinada, entre outras, mas principalmente pelos conhecimentos que adquiriram. O conhecimento como força socialmente produtiva significou para essas mulheres

novas possibilidades e desafios que ganharam evidência em sua multiplicidade de devires que colocou para elas outros modos de sentir, existir e viver.

Outra informação que consideramos importante para as nossas análises: quando perguntamos a elas o que provocou o fechamento das unidades fabris na região, deixando mais de 4 mil pessoas desempregadas no início de dezembro de 2012, 80% das mulheres nos apontaram como o principal motivo do fechamento das unidades fabris o excesso de “atestados médicos”, provenientes das doenças causadas pelas péssimas condições de trabalho e do uso de produtos químicos perigosos. Segundo elas, as faltas no trabalho foram crescentes por motivo de saúde e isso trouxe grandes problemas à fábrica. A pesquisa anterior já havia revelado os graves problemas de saúde que as trabalhadoras estavam enfrentando. Foi grande o número de trabalhadoras com problemas de saúde sem nenhuma assistência médica por parte da indústria e do sindicato. O excesso de atestados médicos, segundo elas, foi um recurso de proteção coletiva, já que não contavam com o apoio do sindicato na luta por melhorias de condições de trabalho e assistência médica.

Segundo relato de uma das mulheres que atuou como liderança e combateu a direção sindical, a luta das trabalhadoras significou a recusa ao sindicalismo presente na região. Por isso todas as iniciativas de resistência, afirma, ocorreram à margem do sindicato, pois não se sentiam representadas e não acreditavam nas intenções dos representantes sindicais que “estavam sendo beneficiados pelos patrões”. O recurso do atestado médico foi, conforme a depoente, a forma de se protegerem, ou seja, diante da insatisfação com a situação a que estavam submetidas, as mulheres lançaram mão do “atestado médico” como um recurso para boicotar e sabotar as atividades fabris e possibilitar a libertação de uma situação opressora e de descaso com as suas vidas; foi uma estratégia para o reexistir, para experimentar alternativas possíveis.

Podemos assim afirmar que a luta dessas mulheres foi declarada por uma recusa, justamente recusa de um presente: do que está dado, da vida que se tem, da exploração, do descaso, da humilhação e assim por diante. Foi, portanto, a expressão do “direito à fuga”, uma ideia de resistência, como define Mezzadra (2012), que não privilegia apenas as práticas discursivas e a ação individual, mas que passa a ocorrer através de ações não discursivas e coletivas, diferentes das manifestações tradicionais de resistência, como a paralisação do trabalho.

Ao perguntar-lhes sobre o futuro, a maioria sinalizou o interesse em ir para outras cidades com possibilidades maiores de trabalho, outras preferiam ficar na cidade e descobrir outras formas de gerar renda, ou seguir estudando. Algumas mulheres já tinham migrado para outros locais, em alguns casos, deixando os filhos com parentes. Outras, a maioria chefes de família, afirmavam estar preparadas para se deslocarem em direção a cidades mais distantes, a exemplo de cidades do interior de Minas Gerais. Essa decisão não transpareceu, nas falas dessas mulheres, uma condição negativa, de vitimização, mas a expressão de sentimento de libertação para buscar novos caminhos e possibilidades.

Fugir da situação precária e de desemprego em uma região que oferece apenas trabalhos temporários no campo ou domésticos é uma maneira de se preparar para resistir às formas típicas de exploração do trabalho. Ressaltamos a afirmação de Negri e Hardt de que, se os pobres fossem apenas vítimas passivas da injustiça, da opressão e da exploração, não seriam considerados entre as classes perigosas. O perigo a que os autores se referem reside na capacidade que, nesse caso aqui apresentado, as trabalhadoras têm de construir novas relações capazes de se tornarem uma ameaça à estabilidade da qual depende o capital.

Nesses termos, e seguindo a análise feita por Mezzadra no seu livro “Direito de fuga” (2012), utilizamo-nos das experiências das trabalhadoras, relatadas nas muitas conversas que tivemos, e interpretamos o fechamento de várias unidades fabris como a manifestação da recusa ao trabalho de superexploração ao qual essas mulheres estavam submetidas: mais de 8 horas de trabalho em pé, exigência de cumprimento de horas extras, salário mínimo sem direito à assistência à saúde, pagamento de taxas (descontadas na folha de pagamento) para o transporte e alimentação, assédio moral e sexual⁵ etc. O “direito à fuga”, em situações como essa, tem um sentido positivo e não negativo, é a recusa a uma situação de enormes dificuldades. A “fuga” apresenta-se, nesse sentido, como a possibilidade dos encontros com as múltiplas e diferentes subjetividades e de novas relações com o Outro e com o mundo.

5 - Tivemos contato com 21 mulheres desempregadas pela indústria que preferiram ficar na cidade e criaram um prostíbulo como meio de autossustento. Em conversas com algumas dessas mulheres, foi relatado que, no ambiente fabril, foram submetidas a toda forma de assédio moral e sexual, sofreram chantagens e ameaças de chefes e funcionários. Muitas vezes, a manutenção do emprego implicava a submissão a essas ameaças e chantagens. Uma das entrevistadas estava grávida de um dos funcionários graduados, vindo do sul do país, com o fechamento das unidades, segundo ela, este retornou a sua cidade de origem sem lhe dar assistência.

Os resultados da pesquisa apontaram que o aprendizado durante o trabalho fabril, com uma nova dinâmica produtiva, fundamentada nas relações de comunicação e cooperação, fez emergir um novo modo de ver e agir no mundo do trabalho e no mundo da vida dessas mulheres. Construíram as condições reais para o enfrentamento das situações adversas e buscaram alternativas de viver e de trabalhar. Ou seja, essa dinâmica produtiva, coordenada e encadeada num sistema de redes e de movimentos flexíveis e flutuantes, fez emergir os processos de subjetivação, resistência e insubordinação.

Essa pesquisa realizada em 2013, com as mulheres desempregadas da indústria calçadista no interior da Bahia, permitiu-nos identificar novas formas de resistência que, de certo modo, contribuíram com a “paralisação” das atividades fabris, sem a mediação e representação institucionais, com a emergência de novas subjetividades como a expressão do ressignificação do tempo do trabalho e do tempo de vida e com a mobilidade e circulação de pessoas como uma nova dinâmica produtiva e não como reação negativa. Apesar de todas as dificuldades apontadas e do fechamento das unidades fabris causando o desemprego, esse processo significou para as mulheres a abertura de um mundo de possibilidades e de grande potencial de transformação das suas vidas.

Portanto, encontrar novas formas de resistir à exploração e denunciar as posições de opressão, a partir da experiência partilhada no cotidiano das mulheres, nos seus diversos modos de sentir, existir e viver, sublinha as formas de luta que, de maneira legítima e necessária, constroem novos movimentos de resistência no contexto do mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALTAMIRA, César. Os Marxismos do Novo Século. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- COCCO, G. Introdução. In: LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.
- _____. Trabalho e Cidadania. Produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- CORSINI, Leonora F. Êxodo Constituinte: multidão, democracia e migrações. Tese. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social/UFRJ, 2007.
- GORZ, André. O imaterial. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. Metamorfoses do Trabalho. Crítica da Razão Econômica: Annablume, 2003.
- HALL, Stuart. Da diáspora. Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MEZZADRA, Sandro. Direito de Fuga. Rio de Janeiro: Edições Unipop, 2012.
- NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. Glob(AL). Biopoder e luta em uma América Latina globalizada. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- NEGRI, Antonio, HARDT, Michael. O trabalho de Dionísio – Para a crítica ao Estado pós-moderno. Juiz de Fora/MG: Editora UFJF, 2004.
- SANSON, César. Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial – doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, 163ps.
- TELLES, Vera da Silva. Transitando na Linha de Sombra, Tecendo as Tramas da Cidade. Oliveira, F. e Rizek, Cibele S. (orgs.). A Era da Indeterminação. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.